

PROCESSO: SMA 13816/07
INTERESSADO: Coplasa Açúcar e Álcool Ltda
EMPREENDIMENTO: Ampliação do parque industrial e expansão de áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Planalto

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 73913/09/TAGV elaborado pelo Setor de Análise de Projetos em Área de Vocação Agropecuária e de Conservação - TAGV, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação do parque industrial e expansão das áreas agrícolas para aumento da produção de álcool, açúcar e geração de energia, sob responsabilidade da Coplasa Açúcar e Álcool Ltda.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Coplasa pretende ampliar a sua capacidade de moagem de 1.300.000 para 6.000.000 t/safra (safra 2014) aumentando a produção de álcool de 58.367,79 para 269.364,02 m³/safra, e de açúcar passando de 85.102,35 t/safra para 392.519,61. A capacidade energética instalada passará de 10 para 50 MW.

Para a ampliação, o abastecimento de água será realizado através da captação de 280 m³/h de água no Ribeirão das Oficinas e 489,69 m³/h de água em três poços profundos. A vinhaça gerada no processo de fabricação de álcool será aplicada nos canaviais, juntamente com a água residuária, passando de 633.161 para 3.424.136 m³/safra.

Atualmente a usina utiliza 17.008,50 ha para o plantio da cana de açúcar. Para atender a demanda futura da unidade industrial, estima-se um total de 76.680,50 ha distribuídos nos municípios de José Bonifácio, Macaúbal, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Planalto, Poloni, Tiriúba, União Paulista e Zacarias. Após a ampliação, a Usina Coplasa terá em seu quadro 493 funcionários para a área industrial e 2.092 trabalhadores para a área rural durante os períodos de safra.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 33 de 23 de Junho de 2007 que estabelece em seu artigo 3º que, “tendo sido atingido, nesta safra de 2007, o limite de queima da palha da cana de açúcar, os licenciamentos de empreendimentos sucroalcooleiros no Estado de São Paulo somente serão emitidos pelo órgão ambiental quando estiver estabelecido no respectivo processo de licenciamento a ausência da queima da palha da cana de açúcar como prática de pré-colheita”, e a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

• **Compatibilidade do Empreendimento com as Legislações Municipais e outros Aspectos Legais**

De acordo com as manifestações apresentadas pelas Prefeituras Municipais, em atendimento ao definido nos artigos 5º e 10º da Resolução CONAMA 237/97, o empreendimento não contraria as legislações de uso e ocupação do solo dos municípios. Foram apresentadas as outorgas de captação superficial e subterrânea conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº. 01/05. Para a solicitação da emissão da LO, deverá ser apresentada a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para a ampliação da produção de energia elétrica e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do DAEE.

• **Expectativa da População Quanto à Implantação do Empreendimento**

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, além de preocupações quanto à poluição. Para a solicitação da emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa

de Comunicação e Participação Social para dirimir dúvidas da sociedade, e antes da emissão da LO, deverá ser apresentado o relatório de conclusão do mesmo Programa e as ações que serão desenvolvidas durante a operação do empreendimento.

- **Impactos sobre a infraestrutura municipal**

No EIA é proposta a contratação de mão-de-obra local, Programa de Reforço das Instituições Locais, Programa de Comunicação Social e Participação Social. Para LI deverá ser apresentado o Programa de Treinamento e Capacitação de Mão-de-Obra e Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal na AID. Para a LO, deverá ser apresentado relatório comprovando a realização dos dois Programas exigidos na fase de LI.

- **Aumento do Tráfego de Veículos**

O escoamento da matéria-prima ocorrerá principalmente pela rodovia SP-425, bem como nas vias municipais e secundárias não pavimentadas. A estimativa de viagens após a ampliação é de 948 veículos/dia durante o período da safra referente ao transporte de cana para a indústria, bem como para os produtos e subprodutos industriais. Como medida mitigadora, a usina propõe a implementação de programas de conservação e melhorias nas vias de acesso ao parque industrial, umidificações periódicas das estradas não pavimentadas e do solo exposto para evitar poeira ocasionada pela circulação de veículos.

- **Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho**

As obras de ampliação da Usina Coplasa tratam-se basicamente da instalação de equipamentos por empresas terceirizadas. A usina conta com infraestrutura de água, energia e esgoto já implantadas, e não haverá necessidade de instalação de canteiro de obras. Para a solicitação da emissão da LI, deverá ser apresentado um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, e para a emissão da LO, o interessado deverá comprovar a recuperação das áreas afetadas pela obra, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais e a revegetação de taludes, pavimentação em áreas com solo exposto, entre outras medidas.

- **Interferências em Sítios Arqueológicos**

O Diagnóstico Arqueológico não apontou evidências arqueológicas na área de influência da usina concluindo favoravelmente quanto à emissão da LP. Para a LI deverá ser apresentada a manifestação do IPHAN quanto à aprovação do Programa da Prospecção.

- **Interferências sobre a Vegetação Nativa e Intervenção em APPs**

Segundo o EIA, não haverá supressão de vegetação.

Segundo PTF nº 37426/09 emitido pelo Núcleo Técnico de Araçatuba, não há óbices quanto à ampliação da unidade industrial e expansão agrícola da Coplasa, desde que atendidas as condicionantes para obtenção da LI que tratam de intervenções em áreas de preservação permanente e possíveis cortes ou supressão de árvores nativas isoladas, se necessários.

- **Alterações de Habitats das Comunidades Faunísticas**

A substituição de pastagens por áreas de plantio de cana de açúcar é apontada no EIA como impacto negativo na perda de diversidade faunística, principalmente de aves que utilizam das árvores isoladas como trampolins para conexão entre os fragmentos distantes; também o aumento do fluxo de veículos e máquinas podem levar ao empobrecimento da fauna devido a atropelamentos. É considerado ainda, o assoreamento de cursos d'água que afetam diretamente as comunidades aquáticas, em especial a ictiofauna. Para a obtenção da LI deverá ser apresentado Programa de Monitoramento Sazonal da Fauna e da Ictiofauna e um Programa de Educação Ambiental, e para a LO, o relatório de acompanhamento desses programas.

- **Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica**

A demanda hídrica outorgada do empreendimento, durante o período de safra (considerando a moagem de 6.000.000 t/cana), é de 356,69 m³/h, através de uma captação superficial e de dois poços profundos. De acordo com as informações do EIA, o consumo específico de água no processo tende a decrescer, em vista de um melhor aproveitamento da água resultando na

fase final da ampliação com um consumo de 1 m³/t cana. Deverá ser apresentado o detalhamento do projeto executivo de recirculação da água industrial para obtenção da LI e, para a obtenção da LO, comprovar a instalação de medidores de vazão de água nos pontos de captação superficial e subterrânea.

- **Alteração da Qualidade do ar em Função da Queima do Bagaço de Cana nas Caldeiras**

As emissões das novas caldeiras, conforme as especificações apresentadas pelo EIA, atendem ao estabelecido pela Resolução CONAMA nº 382, que estabelece limites de emissão para as novas fontes fixas.

Os valores máximos de concentração ambiental para MP e NOX estimados no estudo de dispersão para a situação futura, considerando apenas a contribuição do empreendimento em questão, não ultrapassam os padrões de qualidade do ar.

Para obtenção da LO a empresa deverá realizar amostragem comprobatória em chaminé com acompanhamento da CETESB para as caldeiras cujos resultados deverão atender aos valores propostos no EIA, inclusive para a altura da chaminé. Caso as emissões amostradas e a configuração da chaminé bem como a velocidade dos gases se encontrem acima dos valores propostos, a empresa deverá promover a adequação destas.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Plantio e Manejo da cana**

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas o EIA propõe: construção nas áreas agrícolas de terraços; plantio em contorno; construção de sistemas de drenagem; preparo reduzido dos solos; subsolagem visando o rompimento da camada de solo compactada; adoção de práticas conservacionistas no trato e manuseio do solo das áreas de cultivo da cana de açúcar; recuperação e incentivo a adoção de práticas de plantio de espécies nativas de matas ciliares em propriedades parceiras da usina.

- **Geração de Resíduos Sólidos**

A Usina propõe manuseio adequado dos resíduos sólidos industriais. Alguns resíduos como torta de filtro, serão dispostos no solo. Os resíduos de origem industrial, como torta de filtro e cinzas da caldeira, somente poderão ser incorporados ao solo após a aprovação da Agência Ambiental da CETESB.

- **Geração de Efluentes Líquidos**

Como tratamento dos efluentes sanitários, atualmente a usina possui estação compacta. Para a situação futura, a usina não prevê alterações no sistema de tratamento, pois já é projetado para atender o aumento da demanda. O empreendimento possui Separadores de Água e Óleo - SAO instalados nas áreas de lavagem de peças, pisos e veículos das oficinas que são conduzidos por canaletas até chegarem à caixa coletora. Deverão ser apresentados projetos dos sistemas de drenagem, monitoramento e destino de efluentes líquidos provenientes de setores do parque industrial.

- **Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura**

A Usina produzirá, após a ampliação, em torno de 3.424.136 m³/safra de vinhaça que serão aplicados na lavoura. Atualmente a vinhaça é aplicada por sistema de fertirrigação, constituído de tanques de armazenamento impermeabilizado, tubos de irrigação, adutoras de recalque e equipamentos de distribuição por aspersão. Após a ampliação, a distribuição da vinhaça continuará a ser realizada por tubos de irrigação, adutoras de recalque e equipamentos de distribuição por aspersão. O empreendedor apresentou o plano de monitoramento ambiental, referente às águas superficiais. O atual plano de monitoramento das águas superficiais monitora o Ribeirão das Oficinas e o Ribeirão São Jerônimo, ambos em três pontos. Deverá ser apresentado relatório com a caracterização hidrogeológica determinando a vulnerabilidade do aquífero local, e um Plano de Manejo de acordo com a Norma Técnica Cetesb P4.231/06, para as áreas agrícolas que estão situadas em áreas adequadas com restrição ambiental conforme zoneamento agroambiental.

- **Risco de Contaminação do Solo, Recursos Hídricos e Trabalhadores pela Aplicação de Agrotóxicos**

O empreendimento considera as características toxicológicas dos agrotóxicos de baixa toxicidade como fator de escolha para o uso nas lavouras e consequentemente minimização dos seus efeitos no meio ambiente. Como medida mitigadora o estudo propõe que haverá sempre profissional habilitado (engenheiro agrônomo) e para o manuseio serão obedecidos os seguintes padrões operacionais: treinamento e reciclagem dos colaboradores; observação das condições do tempo, que podem ocasionar o arrastamento dos produtos para outros lugares por meio de chuvas e ventos; calibragem diária e manutenção periódica dos equipamentos; não utilização de aparelho aplicador que apresente defeito e/ou vazamento; utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante preparo, transporte, aplicação ou manutenção de quaisquer utensílios envolvidos na operação principalmente no ato da aplicação. Deverá ser atendida a Lei Federal 7.802/89 e Decreto 4.074/02 que dispõe, entre outros aspectos sobre o transporte, o armazenamento e a comercialização de agrotóxicos.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta apresentada no programa de compensação ambiental do EIA é que o recurso referente à compensação ambiental seja aplicado na Reserva Biológica de Andradina. A proposta será analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA.

Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória.

5. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 73913/09/TAGV. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Coplasa Açúcar e Álcool Ltda, no município de Planalto.

São Paulo, 06 de novembro de 2009.

Geóg. Iracy Xavier da Silva

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA
Reg. 3970 CREA 0601027208